



A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA TRABALHO COM MULHERES DO CAMPO¹

MOREIRA, Maria Josiane¹; SULZBACHER, Aline Weber²

¹ Graduada em Geografia - Licenciatura, UFVJM, Diamantina, Minas Gerais, josiannemoreira.2012@hotmail.com

² Docente na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, UFVJM, Diamantina, Minas Gerais, aline.weber@ufvjm.edu.br

RESUMO

Hoje, no campo, movimentos feministas e outros movimentos sociais, que incluem as discussões de gênero em suas ações, têm se organizado no enfrentamento ao patriarcado e a toda estrutura desigual expressa na separação das tarefas entre os sexos, na invisibilidade da mulher no trabalho e no tempo dedicado aos cuidados domésticos, que não são reconhecidos como tal, dentre outros. No espaço rural, as mulheres sofrem pela falta de infraestrutura e pela dificuldade de conhecimento e acesso a meios de proteção contra as diversas formas de violência. Neste artigo temos por objetivo discutir a importância da educação não formal para problematização e construção de caminhos e para a superação de relações sociais de gênero desiguais no espaço rural, com foco, em específico, para o caso das mulheres do campo. A educação não formal associada a metodologias participativas têm contribuído com as mulheres que vivem no campo, fortalecendo seus processos de emancipação, de autonomia e de reconhecimento e valorização.

PALAVRAS-CHAVE: feminismo. Trabalho. Invisibilidade. Movimentos sociais

INTRODUÇÃO

Neste artigo temos por objetivo discutir a importância da educação não formal para problematização e construção de caminhos e para a superação de relações sociais de gênero desiguais no espaço rural, com foco, em específico, para o caso das mulheres do campo. A análise toma como base a experiência de coletivos, principalmente organizações da sociedade civil (ONGs, Associações, Movimentos Sociais etc.) que atuam no campo e tem se dedicado, principalmente, ao trabalho com mulheres.

Deste modo, este artigo toma como base as discussões e resultados da pesquisa para a monografia de curso de graduação em Geografia – Licenciatura, na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Para realização da monografia, os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica e participação em eventos regionais com foco nas mulheres do campo. De forma complementar, utilizamos relatos de experiências e depoimentos disponibilizados por meio de vídeos na plataforma Youtube², de domínio público.

Associadas à educação não formal e a metodologias participativas, as experiências que serão descritas no texto, têm o intuito de contribuir com as mulheres do campo para a construção de outras relações sociais de gênero a partir de espaços formativos, de autonomia e de valorização de saberes e práticas, portanto, dialogam com as questões da pesquisa - as mulheres que vivem nos municípios atendidos pelas organizações.

As lutas das mulheres têm várias pautas, e neste texto tomamos como foco as relações sociais de gênero para discutir as relações entre homem e mulher no mundo rural, tomando como base algumas

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Geografia – Licenciatura.

² Dois casos foram considerados: um no Vale do Jequitinhonha, região nordeste do Estado de Minas Gerais e outro no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, conforme discutiremos mais adiante.



questões: como ocorrem as relações sociais de gênero no campo? Quais as dificuldades encontradas pelas mulheres que vivem no meio rural? Os espaços não formais de educação associado a metodologias participativas tem contribuído para construção de outras relações sociais de gênero?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contexto rural, extremamente machista, as mulheres são oprimidas tanto quanto as que vivem no meio urbano. Além disso, o campo vem enfrentando um processo de “masculinização” decorrente da migração das jovens em busca de oportunidades e mais liberdade no espaço urbano. Esse processo indica graves consequências sociais e pode comprometer a perspectiva de sucessão familiar nas unidades produtivas. Dados revelam que na região Sul do país,

[...] ocorre a **masculinização** da população rural e a **feminização** da população urbana. Chamamos atenção para o fato de que a desproporção entre gêneros no confronto entre a população rural e a urbana é bastante semelhante nos três estados da Região Sul do Brasil. Apenas nos dois últimos intervalos de idade (70 a 74 anos e 75 anos e mais), a situação no âmbito rural inverte-se, por força da conhecida superioridade feminina no que afeta à longevidade. Mas se enfocamos a razão entre os gêneros masculino e feminino para a população rural dos estados da Região Sul, vemos um quadro de desequilíbrio generalizado em grande parte dos estratos etários [...]. (ANJOS; CALDAS, 2005, p.675, grifo dos autores)

A maior presença masculina, em quase todas as faixas etárias, é consequência de um modelo de desenvolvimento agrícola e agrário patriarcal, que desvaloriza e confere invisibilidade à importância do trabalho feminino no âmbito da unidade de produção familiar. Além disso, contribui, também, para dificultar a organização das mulheres rurais frente ao machismo vivenciado no cotidiano, que cerceia a todo momento e por todos os lados.

Em informações disponibilizadas pelo Censo Agropecuário (resultados preliminares) realizado em 2017, a população masculina do campo no país é de 4.100.900 e o número de mulheres é de 945.490, ou seja, a população masculina é três vezes maior! Sobre a direção dos trabalhos do estabelecimento, o documento não faz separação por sexo. O número de estabelecimentos geridos pelo produtor (a), ou seja, individualmente é de 3.711.157 enquanto o número de estabelecimentos geridos pelo casal (codireção) é de 1.029.509. Entende-se que nos estabelecimentos onde a direção é de uma só pessoa, há grande possibilidade da esmagadora maioria ser administrada por homens.

Na sociedade rural os laços patriarcais ainda são muito fortes e os casamentos quase que para sempre [...] também fica explícito a masculinização do campo, quando se compara o número de filhos homens com o das mulheres, estas são 17,5 % dos filhos dos ocupados rurais. Os filhos permanecem no campo, mas filhas migram para as cidades. (NEAD, 2006, p. 60)

As mulheres são excluídas principalmente em relação aos direitos de posse da propriedade,



trabalho e renda. A dependência do marido/companheiro está ligada a valores religiosos e culturais mantidos nas áreas rurais. A mulher deve obediência ao marido e isso faz com que não tenha autonomia.

Além disso, o processo de masculinização no meio rural se deve muito à modernização da agricultura, extinguindo muitas funções que homens e mulheres do campo desempenhavam.

Outro fator é a intensificação do êxodo rural que retira mulheres e jovens do campo em busca de melhores condições de trabalho e educação.

A falta de poder aquisitivo, que se traduz na autonomia financeira, também é um fator decisivo para a saída da mulher do campo, além das questões estruturais, como direito à terra e ao patrimônio, tendo em vista que geralmente o homem administra o dinheiro gerado pela família.

A escassez de políticas governamentais para os habitantes do campo também é preponderante.

A sobrecarga de trabalho como dona-de-casa, e ainda na "roça", também é causa da mudança das mulheres camponesas para a cidade.

E características físicas como clima, temperatura, escassez de água também podem influenciar a saída da mulher do campo.

A inferioridade feminina é mais visível na análise das relações sociais do mundo rural: o impacto da modernização da agricultura sobre a mão-de-obra feminina, a proletarização da família rural e a intensificação do lugar da mulher na produção de alimentos e no seio da família no meio rural mantêm o trabalho da mulher, no plano simbólico, ainda caracterizado como trabalho complementar, ajuda da mulher. A pretensa "naturalidade" da divisão sexual do trabalho, onde cabem às mulheres os afazeres domésticos, denunciado pelo movimento de mulheres com tanto impacto no espaço urbano, aparentemente ainda é tímido no campo. (NEAD, 2006, p. 83)

Conforme ANJOS e CALDAS (2005, p. 674), "a modernização dos processos de produção e a introdução dos chamados insumos modernos devem ser entendidas como o aprofundamento da expulsão feminina da esfera agrária e a reafirmação do patriarcado".

Esse processo de modernização da produção, ocorre no Vale do Jequitinhonha, localizado na região nordeste de Minas Gerais. Não de forma tão intensa, mas com certo impacto na vida das pessoas que residem na região. Dentro de suas especificidades, a região tem a mineração e a silvicultura, como uma das principais atividades econômicas, mas a agricultura familiar é muito forte e fonte de renda de muitas famílias.

O trabalho da mulher é fundamental, no espaço rural, para a reprodução social do grupo familiar, embora ainda no âmbito da "invisibilidade":

A questão da invisibilidade do trabalho feminino fica evidenciada na análise da produção para o **autoconsumo, que ocupa um grande contingente de mulheres, cerca de 40,7% do total da ocupação feminina** e apenas 8,9% da mão-de-obra masculina nas atividades de agropecuária. Em 2004, dedicaram-se a atividades de autoconsumo cerca de 3.387.184 pessoas, com uma taxa de **participação de 68% de mulheres** e 31,8% homens. Portanto, são atividades vinculadas às mulheres e ao seu cotidiano.

Por que? Como são atividades intimamente ligadas ao sustento da família, nada mais natural que a elas se dediquem às mulheres. E além do mais não geram rendimentos. Porque não existe nenhuma razão



técnica que justifique essa desproporção entre a participação de homens e mulheres na produção de autoconsumo, **a não ser o fato de que o trabalho da mulher é visto como uma extensão do seu papel de mãe/esposa/dona-de-casa, provedora das necessidades da família e de modo geral, este papel se superpõe ao seu trabalho na atividade agropecuária** – principalmente na horta e no quintal – encobrendo a verdadeira natureza da sua ocupação e reduzindo, por conseguinte, a sua jornada de trabalho. É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho da mulher, sobretudo na agropecuária, **reproduz a invisibilidade que cerca a percepção da sociedade sobre o papel feminino**. (NEAD, 2006, p. 54 – grifos nossos)

A falta de infraestrutura no campo devido ao espaçamento das moradias, a falta de comunicação entre as mulheres, pois o serviço doméstico as impedem muitas vezes de sair de casa (além de ter que pedir permissão ao companheiro para tal ato), a falta de informação através da mídia e outras formas de comunicação, faz com que sejam invisíveis não só na questão do trabalho, mas em outras circunstâncias como saúde, educação, previdência, etc. Comunidades rurais localizadas em locais muito distantes dos centros urbanos dificultam a chegada e o acesso a auxílios para essas mulheres. Muitas nem sequer vão à cidade, pois “lugar de mulher é dentro de casa”. E, infelizmente, não tem consciência que estão sofrendo violência, pois acham que é natural, que é seu dever como mulher. Questões internalizadas por elas que aceitam seu “destino” sem reclamar: “Embora a carência de infraestrutura afete o conjunto dos moradores dos domicílios rurais, elas atingem especialmente as mulheres, por ser a moradia um dos espaços importantes do trabalho realizado por elas”. (HEREDIA e CINTRÃO, 2006, p. 3-4)

Uma das diferenças do trabalho realizado entre as mulheres urbanas e rurais é que o trabalho fora da residência é remunerado. No segundo caso, além do trabalho doméstico, as que vivem no campo trabalham também no quintal ou em atividades agropecuárias. Em sua esmagadora maioria, o serviço não é remunerado, porque trabalham para a subsistência e o excedente é vendido pelo homem que gerencia o dinheiro da família. Outro fator é que no campo quase não há trabalho remunerado para o sexo feminino. Dessa forma, a única fonte de renda para essas pessoas é a aposentadoria, um dos direitos conquistados com a constituição de 88.

De acordo com NEAD (2006, p. 69 – grifos nossos), “os números são dramáticos e expõem a invisibilidade que obscurece a realidade da vida das mulheres. No campo, **cerca de 79% do trabalho realizado pelas mulheres é sem remuneração** e os homens também pagam seu tributo: quase um terço deles também não tem remuneração”. Esses números potencializam as desigualdades nas relações de gênero no campo e favorecem a percepção de que as mulheres cumprem somente obrigações.

[...] nas atividades em que a mulher é a provedora da alimentação familiar, a jornada média é bastante baixa: 10,8 horas semanais em aves e pequenos animais e 19,7 horas semanais em horticultura/floricultura. Isso parece indicar que o trabalho na horta e no quintal é percebido pelas mulheres como um complemento de sua atividade de provedora do lar e não como uma atividade produtiva. (NEAD, 2006, p.67)

Mesmo quando reconhecido, o trabalho da mulher mesmo que seja semelhante ao do homem, não



tem o mesmo valor. Isso se torna perceptível quando recebem remuneração pelo serviço prestado.

A não autoidentificação das mulheres como trabalhadoras na agricultura pode estar também se refletindo no fato das mulheres representarem apenas 33% do total da população ocupada na agricultura, número 15% inferior ao peso das mulheres na população rural (48% em 2002), indicando que uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura, provavelmente por não considerar suas atividades como "trabalho". (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.5)

No ambiente rural, a violência sofrida pelas mulheres, não difere das que vivem no meio urbano. O que agrava ainda mais esse processo é a falta de acesso às formas de ajuda especializada, provavelmente por não terem ciência de que existem ou, muitas vezes, pelo não alcance do sinal de redes telefônicas, para que possam fazer ligações solicitando ajuda e, como já mencionado, pela invisibilidade por viver no campo.

Assim como os movimentos feministas nos grandes centros, surgiram movimentos de mulheres no campo que reivindicavam direitos específicos e melhores condições de vida.

As questões principais que estão na origem dos movimentos de mulheres trabalhadoras rurais são principalmente o reconhecimento da profissão de agricultora (e não como doméstica, visando quebrar a invisibilidade produtiva do trabalho da mulher na agricultura); a luta por direitos sociais, especialmente o direito à aposentadoria e salário maternidade; e o direito à sindicalização; questões relacionadas com a saúde da mulher. Aparece também o tema do acesso à terra, com as mulheres encampando a bandeira da Reforma Agrária e a ela incorporando reivindicações específicas de gênero, como titulação da terra em nome do casal (conjunta com marido e/ou companheiro) ou em nome da mulher chefe de família, direito das mulheres solteiras ou chefes de família a serem beneficiárias da reforma agrária... (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p.5)

Os sindicatos dos trabalhadores rurais, a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, a Comissão Pastoral da Terra – CPT, as Comunidades Eclesiais de Bases - CEBs (ambos movimentos da Igreja Católica) e ONGs imbuídas pela causa, somaram forças às lutas das mulheres do campo, no intuito de ajudá-las a ocuparem seu lugar como sujeito. E a partir daí surgem congressos, marchas, encontros de mulheres em vários âmbitos (agricultoras, extrativistas, pescadoras, etc.) em escalas locais, estaduais e nacional.

Com esses movimentos, algumas reivindicações foram conquistadas como auxílio maternidade, reconhecimento como trabalhadora rural, aposentadoria e programas sociais foram criados, inclusive o Bolsa Família, de grande abrangência no meio rural, que tendo como titular a mulher, contribuiu e contribui para a melhoria de vida de muitas famílias do meio rural.

A atuação de movimentos sociais, ONG's em projetos voltados a políticas públicas, para promoção de melhores condições de vida para as pessoas que residem no campo, é uma forma de libertação com o intuito de quebrar paradigmas do patriarcado.

As ações afirmativas a seguir descritas, visam modificar o modelo hegemônico atual, com alternativas que se contrapõem a esse padrão. Relatamos a seguir experiências realizadas a partir de duas



organizações da sociedade civil, sendo uma do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica (CAV) e, a outra da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – ambas com atuação no Vale do Jequitinhonha. Por fim, incluímos uma discussão sobre a experiência do uso da caderneta agroecológica no Vale do Ribeira – SP, desenvolvida pelo Sempre Viva Organização Feminista – SOF, como uma metodologia participativa que contribuiu para a visibilização dos resultados do trabalho das mulheres no campo – em especial, aquele relacionado à produção de alimentos.

Todas as experiências são modelos de educação não-formal (aquela praticada fora dos ambientes formais de ensino e, que abrange um público maior e de diferentes faixas etárias) baseadas em metodologias participativas, que tem por objetivo trabalhar com grupos sociais (comunidades tradicionais, quilombolas, assentamentos, minorias, etc.) promovendo autonomia a partir da troca de saberes, do diálogo e, da socialização dessas pessoas.

A atuação da ONG, criada em 1970, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica – CAV, sediada em Turmalina- MG, tem papel extremamente importante na vida de mulheres e homens da zona rural do município.

[...] o CAV busca aliar os conhecimentos técnicos acadêmicos com o saber e a vivência dos agricultores, e conjuntamente implementam metodologias e alternativas para desenvolver de forma sustentável a agricultura familiar da região. São desenvolvidas assim ações no tocante à recuperação de solos degradados, produção agroecológica, difusão de tecnologias sociais para acesso e gestão dos recursos hídricos, geração de emprego e renda norteados por princípios associativistas e cooperativistas através da economia popular solidária e a promoção de uma maior equidade nas relações sociais de gênero. (CAV, 2020)

Segundo a fala da Edvania Lopes Sodré (integrante da equipe técnica do CAV), em palestra³ no I Encontro de Estudos Rurais, realizado na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, nos dias 27 a 30 de novembro de 2018, em Diamantina, um dos eixos temáticos da ONG é o trabalho focado nas relações de gênero, com o programa “Empoderamento das Mulheres”, que tem o objetivo de promover a autonomia e o fortalecimento das mulheres.

A sensibilização para o trabalho com as mulheres, no CAV, iniciou-se a partir da constatação de que grande parte do público participante dos projetos e das reuniões eram homens, sendo que, em contraponto, grande parte dos projetos tinham impacto direto na organização produtiva das propriedades.

A partir disso, a organização iniciou um processo de mobilização para que houvesse participação das mulheres nas atividades realizadas pelos projetos e, nesta experiência, observou-se a dificuldade de participação dessas mulheres rurais em função da sobrecarga de trabalho, além da baixa autoestima e de alto nível de adoecimento feminino. Diante disso, uma das alternativas adotadas foi a articulação de

³ Vídeos disponíveis nos links: <https://www.youtube.com/watch?v=fqjLLoy-1_8&t=0s&list=PLJK4HGri8_K0PQYLcF7AzIiG1WzLfHCX&index=10> e <<https://www.youtube.com/watch?v=COD8oNGk-qU>>



atendimento à mulher nas comunidades rurais para exames de rotina e, a partir disso, iniciou-se um processo de encontros com as mulheres para compreender suas realidades (violências, dificuldades, rotinas etc.).

No entanto, constatou-se que isso ainda era insuficiente. Conforme o relato das mulheres nos encontros “a discussão de gênero dos encontros não resultava em efeitos na vida familiar/doméstica, dada dificuldade de diálogo sobre esses temas em casa”. Assim, uma das estratégias que passou a ser utilizada pela equipe do CAV foi um trabalho direcionado, organizado previamente, e com foco em “casais”.

Para tal, a equipe priorizou comunidades em que já havia atuação de projetos há mais tempo, convidou alguns casais e aplicou um questionário para diagnosticar situação em relação à divisão sexual do trabalho e violências identificadas pelas mulheres (moral, patrimonial, física etc.).

A partir disso, com uso de metodologias participativas direcionadas a temas específicos, foram sendo organizadas reuniões em cada comunidade, inicialmente com participação muito pequena, mas que, aos poucos, foram ganhando importância e capacidade de promover profundas mudança, tanto na relação familiar como na valorização do trabalho feminino.

A finalidade é organizar encontro de casais com objetivo de desconstruir práticas machistas e culturais, como por exemplo, a ideia de que as mulheres “ajudam” os homens nos trabalhos realizados nas propriedades rurais. A participação dos homens nos encontros é fundamental para que possam entender como as desigualdades de gênero prejudicam as mulheres. De acordo com o relato de Edvania no debate acima citado, foram encontradas dificuldades para trabalhar gênero nas comunidades rurais, devido aos costumes vigentes. Algumas das pautas trabalhadas são a divisão do trabalho, a criação dos filhos e a saúde da mulher, assuntos importantes no intuito de minimizar as desigualdades entre os sexos, promovendo o respeito e criando espaços de diálogo. Atualmente o CAV abrange municípios do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha.

Dentre os resultados deste trabalho, foi citado a criação de uma linha de crédito diferenciada para as mulheres atendidas pelo CAV em um Programa de Crédito Rotativo organizado pela ONG. Superar a dificuldade de acesso ao financiamento específico contribuiu para que as mulheres pudessem investir em projetos próprios e, assim, ter autonomia para utilizar o dinheiro que conseguiram através da venda do que produzem podendo, então, melhorar suas vidas e de suas famílias.

O trabalho realizado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, criada em 1975, tem seu foco principal na promoção do direito à terra e água na perspectiva de acompanhamento, permanência dos povos no campo e, combate às injustiças sofridas por eles.

O projeto “Economia Lilás avança no Semiárido” apoiado pela organização, contribuiu na geração de renda para moradoras de comunidades rurais no Vale do Jequitinhonha, demonstrando que o movimento busca incluir a discussão de gênero em suas ações.

O Encontro de Mulheres de Comunidades acompanhadas pela CPT – Vale do Jequitinhonha, nos dias 07 e 08 de dezembro de 2018, realizado no Centro Diocesano de Araçuaí –MG, teve como tema principal, no primeiro dia, a discussão com as mulheres sobre as relações de gênero e no segundo a abordagem foi sobre as formas de violência e como combatê-las. Participaram do encontro mulheres das comunidades Cabeceira do Piabanha e Assentamento Dom Luciano do município de Salto da Divisa, comunidades de

Marobá dos Teixeira e Marobá do município de Almenara, comunidade Paraguai do município de Felisburgo e, comunidade de Lagoa Grande do município de Jenipapo de Minas; agentes de pastoral da CPT que promoveram o encontro e; a irmã Euphemier Nkurikiye do município de Almenara – todas envolvidas em projetos executados pela CPT.

Nos dois dias ocorreram dinâmicas e rodas de conversas onde as mulheres puderam expor suas opiniões sobre os assuntos abordados. A dinâmica apresentada pela professora Aline Weber Sulzbacher, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri- UFVJM, propôs identificar se as participantes do encontro já sofreram algum tipo de violência ao longo de suas vidas.

A atividade consistiu em que as participantes, de olhos fechados (a finalidade de estar de olhos fechados era para não expor, nem constranger as pessoas) e estando de pé, deveriam se sentar ao chão à medida que ouvissem relatos de algum tipo de violência mencionados pela professora. Assim, no final da atividade, quando puderam abrir os olhos, todas as envolvidas estavam ao chão, sinal de que já sofreram alguma forma de violência na vida.

Nas discussões a respeito das relações de gênero e sua interferência no cotidiano das mulheres, a professora conversou com as participantes sobre o que é feminismo, sobre o silenciamento imposto às mulheres, ou seja, não ter o poder da fala dentro da família e na sociedade, sobre a falta de reconhecimento no trabalho, sobre as injustiças, sobre o não-reconhecimento como sujeito, e por consequência, sua exclusão de decisões políticas e em outros espaços de poder, sobre estereótipos de como se comportar e sobre como o seu corpo é enxergado como objeto.

No segundo dia, a promotora de justiça, Shirley Machado de Oliveira, da comarca de Turmalina-MG, também propôs uma dinâmica em que as mulheres de posse de uma cerâmica, que passava por cada participante, detinham o poder da fala quando o objeto estava em sua posse. Dessa forma, a promotora conduziu a conversa perguntando para os presentes o que era família, como você se define, etc., num exercício de enxergarem e dar atenção ao que o outro diz. Após a atividade, a promotora discutiu sobre o que é família no âmbito jurídico, as formas de violência e, como utilizar aparatos legais que amparam as mulheres nessa situação.

Segundo a promotora, é necessário criar estruturas para que os órgãos governamentais trabalhem em conjunto. A polícia, escolas, o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social- CREAS, etc., devem se associar, no intuito de um atendimento mais qualificado e eficaz para essa população vulnerável. Porque muitas vezes as pessoas também sofrem violência, como por exemplo, a própria violência institucional nesses locais onde procuram ajuda.

No final do encontro, a partir de tudo que foi vivenciado, as integrantes relataram que se sentiram mais fortalecidas e empoderadas para enfrentar as dificuldades do dia a dia, agora sabendo como, quem, quando e onde procurar auxílio. E, saíram do encontro com a missão de transmitir o que aprenderam para as que não vieram.

Os trabalhos com metodologias participativas, nestes dois casos relatados, apontam como são importantes atividades relacionadas com a realidade vivida por mulheres do campo, pois ajudam em seu fortalecimento e resistência na construção outras experiências de vida.



Por fim, cabe citar um exemplo de metodologia participativa que pode ser utilizada para registro das atividades produtivas: a Caderneta Agroecológica. Ela é uma espécie de caderno em que as mulheres anotam tudo que produzem em sua propriedade (hortaliças, animais, frutas etc.). Assim, elas têm controle do que é consumido pela família, o que é vendido e o que é trocado com outros agricultores. Dessa forma, a mulher tem maior autonomia para organizar a produção de sua propriedade.

A Caderneta Agroecológica é uma metodologia construída a partir da contribuição de uma rede de organizações dos campos agroecológico e feminista aglutinadas em torno do projeto Mulheres e Agroecologia em Rede, que se desenvolveu em quatro regiões do Brasil (Amazônia, Nordeste, Sul e Sudeste) com o apoio financeiro da União Europeia. A comissão metodológica do projeto foi composta pelo CTA-ZM, pelo Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), pela Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), pela Rede de Produtoras Rurais do Nordeste, pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), pelo Grupo de Trabalho de Gênero e Agroecologia e pelo Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais (MMZML). (NETO et al, 2015, p.43)

Desenvolvida a partir dos princípios da agroecologia, que é um modelo alternativo de trabalhar com a terra, a produção e as pessoas, que envolve o cuidado com a natureza (agroecossistema), relações sociais, promovendo uma agricultura sem utilização de insumos agrícolas e agrotóxicos, com utilização adequada do solo, formas de plantio, etc. A caderneta, para além dos registros de quantidades de alimentos produzidos, é uma forma de reconhecimento do trabalho feminino.

A CA é o resultado do esforço intelectual e político de mulheres no sentido de construir novas ferramentas de análise da realidade social, configurando-se como uma estratégia voltada para dar visibilidade e valorizar o trabalho realizado pelas mulheres em agroecossistemas, promovendo o empoderamento das agricultoras e o fortalecimento de suas bandeiras. Nesse sentido, é um instrumento metodológico que contribui para fortalecer o elo entre a luta das mulheres e a construção da Agroecologia. (NETO et al, 2015, p.47)

A implantação da CA nas propriedades rurais voltadas a agricultura familiar é uma forma de fortalecimento e perpetuação das práticas agrícolas baseadas na produção orgânica de alimentos, além de geração de renda, possibilitando a permanência das mulheres e, também dos homens, no campo.

A ação da Sempre Viva Organização Feminista – SOF⁴ no Vale do Ribeira –SP é um exemplo de utilização da caderneta. O trabalho realizado pela ONG visa a autonomia pessoal e coletiva das mulheres de comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras que vivem na região.

A linha de ação da SOF é a realização de encontros com mulheres. Trabalhando com as mesmas a agroecologia, em diálogo com a economia feminista, com base na troca de sementes, no trabalho em mutirão, na venda do que é produzido por elas e, nas demandas e destinos das mercadorias, visando a conexão entre agricultoras e comerciantes. Isto a partir do estreitamento de laços entre as partes e da certeza

⁴ Vídeo disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=GG52oweD3e0>



da produção de alimentos orgânicos na promoção da segurança alimentar, no encurtamento da cadeia de produção diminuindo gastos e beneficiando os dois lados. Além do trabalho social na leitura da política de território e construção coletiva do conhecimento.

Experiências com a CA também podem ser encontradas nas regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul do país. Organizações como o Centro de Tecnologias da Zona da Mata CTA-ZM, em Minas Gerais, Rede de Mulheres produtoras do Nordeste, Rede de Mulheres empreendedoras da Amazônia – RIMERA, GT Gênero e Agroecologia no Sudeste e Movimento de Mulheres Camponesas - MMC no Sul do país, utilizando a caderneta em seus trabalhos com as camponesas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações sociais de gênero no campo estão pautadas na invisibilidade, desvalorização e no não reconhecimento do trabalho das mulheres.

As dificuldades encontradas pelas que vivem no meio rural se devem a falta de infraestrutura física e acesso às políticas públicas. As violências às quais as mulheres do campo estão sujeitas como institucional, patrimonial, física e moral, muitas vezes são despercebidas por elas que entendem como práticas costumeiras, naturais. A articulação de grupos feministas e apoiadores se faz necessária para libertá-las da escuridão em que vivem, às vezes, sem se dar conta disso, pois o padrão de mulher, construído pela sociedade, só estigmatiza e destrói a diversidade de identidades femininas.

Os resultados do trabalho demonstram que as mulheres camponesas conquistaram maior autonomia no trabalho, nas relações com seus companheiros e familiares a partir das experiências com agroecologia e na atuação de movimentos da sociedade civil do campo democrático e popular. Essas iniciativas são uma luz, um caminho na busca de minimizar e tentar corrigir todo sofrimento a que foram e ainda são expostas, porque, não existe justificativa para qualquer tipo de violência.

REFERÊNCIAS

CAV. Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica. CAV. Disponível em: <<http://www.cavjequi.org/portal/index.php?pagina=14> > Acesso em: 15 jan.

DE HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

DE MELO, Hildete Pereira; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. In: BRASIL. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. 1 ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 47-86.

DOS ANJOS, Flávio Sacco; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v. 26, n. 1, p. 661-694, 2005.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, v.7, p.1-108, 2017



LUZ, Cláudia et al. Um olhar de gênero sobre as relações sociais no campo. **Informe Agropecuário**, Belo Horizonte, v. 24, n. 220, p. 103-111, 2003.

MOREIRA, Gilvander Luis. **Encontro de Mulheres Camponesas e Agentes da CPT do Vale do Jequitinhonha, MG**. Disponível em: < <http://www.cptmg.org.br/portal/encontro-de-mulheres-camponesas-e-agentes-da-cpt-do-vale-do-jequitinhonha-mg/>> Acesso em: 15 jan. 2019.

MOREIRA, Maria Josiane; SULZBACHER, Aline Weber. **Gênero e educação não formal: mulheres, relações sociais e mundo rural**. 2019, 30p. Monografia (Graduação), Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina.

NEAD. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. – Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2006. (nead debate; 9)

NETO ET AL. Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia. **Revista Agriculturas**, v.12, n.4, dez. 2015.

NOBRE, Miriam. Relações de gênero e agricultura familiar. **SOF**, São Paulo, p. 1-10, 1998

SOF, **Caminhos da autonomia: agroecologia e feminismo no Vale do Ribeira**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=GG52oweD3e0&t=1s>> Acesso em: 15 jan. 2019